

**MINUTA ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
INTERMINISTERIAL DE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA - CIMGC
24 de março de 2015, 3ª feira, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sala
dos Conselhos, 5º andar**

Membros Participantes

1. Beatriz Soares – Ministério da Fazenda
2. Fernando Araldi – Ministério das Cidades
3. Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente
4. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Outros Participantes

1. Luis Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
2. Mário Henrique R. Mendes – Ministério do Meio Ambiente
3. Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
4. Susanna Erica Busch - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
5. Guilherme do Prado Lima – Ministério das Relações Exteriores
6. Suiá Kafure da Rocha – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
7. Fernanda Barbosa – Ministério dos Transportes
8. Valdir Borges Souza Júnior – Ministério de Minas e Energia
9. Jerônima Damasceno - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Assuntos abordados

1. Abertura da Reunião

A representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) conduziu a 85ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), a qual teve início às 14h15min.

2. Aprovação da Ata da 84ª reunião ordinária da CIMGC.

Dando prosseguimento aos trabalhos, a representante do MCTI consultou aos presentes sobre a aprovação da ata da 84ª reunião e não havendo objeção a mesma foi considerada aprovada.

3. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão em 23 de janeiro de 2015:

3.1. 467/2014 – Projeto MDL da PCH Lajeado (JUN1189), Brasil – Recebido em 24/11/2014.

O MCTI sugeriu que o projeto fosse colocado em revisão para que o proponente providenciasse as seguintes correções:

Em relação ao Documento de Concepção do Projeto:

No DCP e PDD, alguns links para páginas na internet não estão acessíveis. Tais páginas da internet contêm dados necessários para a avaliação do DCP e PDD, por isso, é imprescindível a correção destas.

Em relação ao Anexo III:

As contribuições citadas no Anexo III estão atribuídas a outras atividades das empresas proponentes do projeto, como a construção e operação da PCH, a maioria destas atreladas ao processo de licenciamento ambiental e ao pagamento de impostos. É importante dar ênfase às contribuições que podem ser, de fato, atribuídas à implementação da atividade de projeto, separando de forma clara dos outros possíveis benefícios advindos de outras atividades das empresas proponentes do projeto. Sendo assim, especificar claramente quais são as contribuições específicas da implementação da atividade do projeto MDL.

Em relação às Cartas-Convite:

Como uma das cartas-convite foi enviada fora do prazo estabelecido em resolução, o proponente de projeto deverá realizar reunião pública presencial, conforme estabelecido na Resolução nº 10 da CIMGC.

Sobre o tópico referente às cartas-convite, o MCTI informou que caberia à Comissão a decisão ou não de colocar o projeto em revisão uma vez que a carta, embora enviada fora do prazo regimental, fora destinada a um “stakeholder” não obrigatório segundo as resoluções da CIMGC. A Comissão decidiu, então, pela **aprovação com ressalvas**, uma vez que as demais cartas-convite haviam sido encaminhadas às entidades obrigatórias.

4. Outros assuntos:

4.1. Informes do GT Fator de Emissão

O MCTI apresentou aos membros um relatório elaborado pelo grupo de trabalho instituído para avaliar se os fatores de emissão da margem de operação calculados pelo método da análise dos dados de despacho, conforme disponibilizados pelo MCTI aos proponentes de projeto, podem impedir o desenvolvimento de atividades de projeto de MDL que não possam ser monitoradas hora a hora e propor, se for o caso, alternativa para viabilizar a implementação desses projetos em território nacional.

O estudo coordenado pelo grupo de trabalho indicou que projetos de eficiência energética e de repotenciação de PCHs estão hoje impossibilitados de serem apresentados sob o MDL, já que não têm possibilidade de confronto horário com uma linha de base igual. Para outros projetos, a medição horária até seria possível, mas com custos significativamente maiores, para os quais o uso dos fatores de emissão da margem de operação usando o método simples ajustado permitiria diminuir a vantagem indireta daqueles que têm melhores condições de controle e podem aceitar o maior risco da volatilidade na geração de RCEs.

Pelos resultados obtidos no estudo, o grupo de trabalho considera que a CIMGC deve liberar o uso dos fatores de emissão da margem de operação determinados pelo Método

Simples Ajustado – para qualquer projeto, conforme permitido pela “Ferramenta para calcular o fator de emissão para um sistema elétrico” que já foi amplamente discutida e aprovada pela comunidade internacional e pelo Conselho Executivo. Considera, ainda, que tendo em vista a conjuntura atual e perspectivas futuras que requerem economia de energia elétrica no país, seria muito importante incentivar também os projetos que têm esse objetivo.

Considerando o tempo necessário para os membros da Comissão tomarem conhecimento do conteúdo do relatório apresentado, decidiu-se pela realização de uma reunião extraordinária, a ser realizada em 24 de abril de 2015, por meio de processo de votação eletrônica, para deliberação sobre o seguinte tópico: "A CIMGC deve publicar a série anual do fator de emissão de CO₂ da margem de operação simples ajustada (EFgrid,OM-adj) do Sistema Interligado Nacional, conforme as normas do Conselho Executivo do MDL, para uso das atividades de projeto do MDL que assim o desejarem".

4.2. Esclarecimentos sobre o questionamento apresentado pelo representante do MRE na 84ª Reunião Ordinária da CIMGC.

Durante a discussão sobre o estudo contratado pelo MCTI para avaliar a contribuição do MDL no Brasil durante o primeiro período de cumprimento dos compromissos do Protocolo de Quioto, questionou-se sobre a possibilidade do estudo conter informação sobre quantas RCEs de projetos implementados no Brasil teriam sido utilizadas para complemento de metas de países desenvolvidos.

A representante do MCTI informou que a Secretaria Executiva não tem acesso às informações relativas à venda das RCEs, de forma que o quesito solicitado não poderia ser atendido. Entretanto, estará contemplada no estudo, a informação sobre o potencial de redução de emissão de gases de efeito estufa dos projetos implementados no Brasil.

4.3. Informes sobre o PAF – *Pilot Auction Facility for Methane and Climate Change Mitigation*.

O MCTI apresentou um resumo dos principais tópicos discutidos no evento realizado pelo Banco Mundial em Brasília e em São Paulo nos dias 16 e 17 de março, respectivamente. Ressaltando, dentre outros pontos, tratar-se de um modelo inovador de financiamento climático desenvolvido pelo Banco Mundial para estimular o investimento em projetos que reduzam as emissões de gases de efeito estufa. O PAF, em linhas gerais, consiste na formação de um fundo, apoiado pela Alemanha, Suécia, Suíça e Estados Unidos, que promoverá leilões para estabelecimento de preço mínimo para compra de RCEs de projetos de MDL. Os vencedores do leilão adquirem o direito de venda das RCEs pelo preço mínimo por um período de três a cinco anos (ainda a ser definido), mas poderão vender as mesmas no mercado se o preço na ocasião estiver maior do que o preço mínimo estabelecido. As RCEs compradas por meio do PAF serão canceladas junto à UNFCCC.

4.4. Relatório de Atividades da CIMGC 2013 – 2014

Foi distribuída aos presentes versão impressa do Relatório de Atividades da CIMGC e informado que o mesmo estaria sendo disponibilizado no sítio de mudanças climáticas do MCTI.

Esgotados os assuntos da pauta, a representante do MCTI perguntou se mais alguém gostaria de fazer alguma colocação e diante da negativa, encerrou a reunião às 16h15.